



# MP aponta entrave jurídico na permissão de uso do Horto

**Promotoria sugeriu reunião no dia 20, com departamentos jurídicos do município e da SMA**

A demora na definição do parecer que efetivará o Termo de Permissão de Uso da Estação Experimental de Tupi (Horto Florestal), pela Prefeitura de Piracicaba, tem ocorrido por causa de entrave jurídico. É o que apontou o Ministério Público, que sediou reunião que contou com 17 pessoas, representantes da prefeitura, Instituto Florestal

(IF), Associação dos Moradores de Tupi e Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), ontem.

No encontro, o promotor de Justiça Ivan Carneiro Castanheiro, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema Núcleo PCJ Piracicaba), sugeriu que uma reunião entre o departamento jurídico da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA) e a Procuradoria Jurídica do Município aconteça no próximo dia 20. Nesta data, o IF levará à SMA a minuta do termo, que foi discutida ontem.

Foi deliberado pelos presentes

que o documento deve conter a definição do conselho consultivo que terá representantes das quatro instituições e que o uso deverá estar em acordo com o Plano de Manejo da estação e o Plano de Trabalho, elaborado pelas instituições.

O procurador-geral do município, Milton Sérgio Bissoli, afirmou que não há entrave e que cabe à SMA definir o parecer e publicar decreto autorizando a permissão de uso. "Num processo como esse, a demora é normal. A permissão é um procedimento mais rápido que a concessão, que depende de lei", ressaltou.

